



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Maria Isabel Moura Nascimento
E-mail: misabel@uepg.br
Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Submetido: 26/05/2020
Aprovado: 29/07/2020
Publicado: 17/12/2020

[doi>](#)

e-Location: e020056
ISSN: 1676-2584



Distribuído Sobre



O PAPEL DOS ARTICULADORES NA CONFIGURAÇÃO DA REVISTA “A ESCOLA” (1906-1910)

 [Lattes](#) Maria Isabel Moura Nascimento¹

 [Lattes](#) Claudia Maria Petchak Zanlorenzi²

 [Lattes](#) Sandra do Rocio Ferreira Leal³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o papel dos articuladores que publicavam na revista “A Escola”. Esse periódico (1906-1910), fonte primária dessa investigação, será analisado na perspectiva da totalidade da história, pois é parte de um projeto maior denominado de Imprensa e Educação. A utilização do vocábulo “articuladores” deve-se ao fato de que não se pretende entrar na história dos intelectuais sobre os quais há diversos estudos. A revista em foco é um periódico de cunho educacional que apresenta dois arranjos ideológicos: educação e imprensa. É por meio desses arranjos que se pretende concretizar o objetivo do artigo em tela, que é apresentar como se processa a construção da cidadania⁴ no contexto do Paraná, por meio dos principais articuladores da revista educacional “A Escola”, na formação do professor. Os exemplares da Revista “A Escola” se encontram, atualmente, na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Estadual) e na Hemeroteca Digital do Rio de Janeiro (disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital). A fonte primária é a revista “A Escola”.

PALAVRAS-CHAVE: Revista Escola. Imprensa educacional. Editor-chefe.



DIALOGUES MAGAZINE THE ROLE OF ARTICULATORS IN THE CONFIGURATION OF THE MAGAZINE “A ESCOLA” (1906-1910)

Abstract

This article aims to analyze the role of the articulators who published in the magazine “A Escola”. This journal (1906-1910), the primary source of this investigation, will be analyzed from the perspective of the whole of history, as it is part of a larger project called the Press and Education. The use of the word “articulators” is due to the fact that it is not intended to enter the history of intellectuals about whom there are several studies. The magazine in focus is an educational journal that presents two ideological arrangements: education and the press. It is through these arrangements that the aim of the article in question is to be realized, which is to present how the construction of citizenship takes place in the context of Paraná, through the main articulators of the educational magazine “A Escola”, in teacher education. The copies of the magazine “A Escola” are currently in the Public Library of Paraná (State Division) and in the Digital Hemeroteca of Rio de Janeiro (available at: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital). The primary source is the magazine “A Escola”.

Keywords: Revista Escola. Educational press. Boss editor.

ARTICULADORES EN LA CONFIGURACIÓN DE LA REVISTA "A ESCOLA" (1906-1910)

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar el papel de los articuladores que publicaron en la revista “A Escola”. Esta revista (1906-1910), fuente primaria de esta investigación, será analizada desde la perspectiva de la totalidad de la historia, ya que forma parte de un proyecto más amplio denominado Prensa y Educación. El uso de la palabra “articuladores” se debe a que no pretende entrar en la historia de los intelectuales sobre los que existen varios estudios. La revista in focus es una revista educativa que presenta dos arreglos ideológicos: la educación y la prensa. Es a través de estos arreglos que se quiere concretar el objetivo del artículo en cuestión, que es presentar cómo se da la construcción de ciudadanía en el contexto de Paraná, a través de los principales articuladores de la revista educativa “A Escola”, en la formación docente. Los ejemplares de la revista “A Escola” se encuentran actualmente en la Biblioteca Pública de Paraná (División del Estado) y en la Hemeroteca Digital de Río de Janeiro (disponible en: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital). La fuente principal es la revista “A Escola”.

Palabras clave: Revista Escola. Prensa educativa. Jefe editor.



INTRODUÇÃO

O presente artigo⁵ tem por objetivo analisar o papel dos articuladores⁶ que publicavam na revista “A Escola⁷” e analisar a proposta de cidadania⁸ presente no impresso⁹ que era publicado em Curitiba entre 1906 e 1910. Trata-se de um periódico de cunho educacional, que apresenta dois aparatos ideológicos, a saber, educação e imprensa¹⁰, como um instrumento de formação do professor, em uma época precária para essa mesma formação.

A sociedade do contexto em estudo era basicamente rural, mais de oitenta por cento da população era comandada pelos grupos oligárquicos, com precário ou nenhum sistema de comunicação. Em decorrência disso, a educação era vista com pouco interesse pela classe burguesa, haja vista que os modelos que aqui chegaram para colaborar com a “[...] transformação da realidade política e social, eram calcados para atender às elites minoritárias e não às grandes massas populares, nos quais uma minoria da população possuía acesso à escrita das primeiras letras.” (NASCIMENTO, 2004, p. 78).

As propostas de cidadania tinham, na educação, o local por excelência, no entanto, essas propostas eram organizadas de forma a não provocar contrariedades para a classe dominante, que não tinha interesse algum em aumentar os direitos para dar sustentação para esse grande grupo da sociedade que não sabia ler e escrever.

O objetivo deste artigo¹¹ é apresentar como se processa a construção da cidadania, uma acepção das mais importantes de análise da sociedade, no contexto do Paraná, por meio dos articuladores da revista educacional “A Escola”.

A proposta de cidadania apontada no texto da revista em questão se constitui em uma estrutura performática sobre os direitos. Isso se dá uma vez que se propõe vantagens para algumas pessoas por pertencerem a uma determinada classe social, com deveres que configuram em um sistema de mutualidade ou protocooperação, no qual não ocorre a dependência, porém ambas na relação são beneficiadas.

Neste sentido, era preponderante disseminar esta proposta e os periódicos, principalmente os educacionais, pois eram um excelente mecanismo de veiculação.

A EXPANSÃO DA INSTRUÇÃO POPULAR RETRATADA NA REVISTA “A ESCOLA”

A única forma de garantir o mínimo de escolaridade para a maioria da sociedade brasileira sem acesso à escola era por meio da expansão da instrução popular. Neste momento, as ideias liberais fazem eco na sociedade brasileira. A educação era vista como antídoto dos problemas sociais, culturais e políticos do contexto, reforçando o imaginário de educação para “todos¹²”. Todavia, esta instrução aconteceria de forma lenta, sem anular e, ao mesmo tempo, reforçando as bases de uma sociedade não igualitária.



Nesse sentido, a Revista “A Escola” considerava que sua existência iria preencher uma lacuna e assim lidar “[...] *sincera e descabelladamente em pró do progredimento da instrucção publica do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige, em labuta quotidiana e profícua.*” (A ESCOLA, 1906, p. 1).

A revista “A Escola” chama a atenção dos seus colaboradores para o papel do verdadeiro republicano, para com a responsabilidades de promover a educação para o povo que, como “[...] *mui bem disse um educacionista do norte, cuidae e cuidae sempre da educação do povo: ignorancia e Republica são idéas que se repelem.*” (A ESCOLA, 1906, p. 1).

O chamado mostra como o povo era considerado uma tábua rasa ou uma folha em “branco” e que por intermédio do professor, irão receber os conhecimentos e a educação necessária, deixando de ser ignorante e recebendo

[...] o conhecimento da virtude, do princípio ao fim, em todos os exemplos de que ele é suscetível, lhe for ensinado mais pelas práticas do que por regras, e o amor a reputação, em vez de satisfazer seu apetite, tornar-se habitual nele [...] não como um aluno que aprende latim, mas como alguém que estaria informado sobre os princípios e preceitos da virtude para a conduta de sua vida. (LOCKE, 2007, p. 435).

Eram os professores que, caso fossem bem formados, poderiam assegurar uma boa educação aos alunos, pois a educação era a grande esperança para os “intelectuais”, que no interior das revistas educacionais, cunhavam a responsabilidade para os professores e isso era publicado como uma das melhores alternativas para a reestruturação social do país. Dessa forma, o governo fazia seus agradecimentos formais usando o espaço que ele patrocinava agradecendo aos professores pelo “[...] *melhoramento da instrucção publica que vai conseguindo assombradamente mediante os professores normalistas, sem que nisso haja ofensa indirecta aos professores não normalistas devidamente preparados.*” (A ESCOLA, 1906, p. 6).

Destaca-se que, no período, a maioria da população brasileira não tinha escolarização básica. Os mais altos índices de analfabetismo (74,6%), por todo país, eram alarmantes, com exceção do Distrito Federal (48,1%), sede do governo federal, que hoje é a cidade do Rio de Janeiro, como ilustra o Censo de 1906.

O Paraná, especificamente em 1906, tinha uma população em que, de 1000 habitantes, 239 sabiam ler e 76113 não sabiam.



Quadro 1 – Recenseamento de 1906

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	DE 1.000 HABITANTES	
	SABIAM LER	ERAM ANALFABETOS
Alagoas	200	800
Amazonas	321	679
Bahia	228	772
Ceará	218	782
Distrito Federal	519	481
Espirito Santos	269	731
Goiás	218	782
Mato Grosso	254	746
Mato Grosso do Sul	270	730
Minas Gerais	256	744
Pará	300	700
Paraíba	168	832
Paraná	239	761
Pernambuco	193	807
Piauí	173	827
Rio de Janeiro	231	769
Rio Grande do Norte	204	796
Rio Grande do Sul	326	674
Santa Catarina	257	743
São Paulo	247	753
Sergipe	247	753
Total	254	746

Fonte: Bomeny (2003, p. 2).

*Analfabetismo em diversos Estados do Brasil

A instrução elementar era de grande interesse para o Estado, fundado nos ideais liberais, para os quais a educação deveria ser um requisito essencial. (NASCIMENTO, 2004, p. 37). Para tanto, buscava-se chamar a atenção de todos por meio da imprensa. Os discursos de cidadania dos republicanos e de educação para todos, estampados nos jornais, tinham por finalidade mexer com o imaginário dos leitores, no caso da revista “A Escola”, os professores e, conseqüentemente, ecoar na população. Nesse sentido, há de se compreender o papel fundamental da Revista “A Escola”, que era destinada a um público específico de letrados, porém, pelo censo de 1906, constata-se que setenta e quatro por cento da população brasileira era analfabeta.



A promessa de cidadania, de educação para todos não se efetivava, mesmo com a abertura de alguns grupos escolares, pois apenas uma pequena parcela da população conseguiu iniciar os estudos elementares. Muito embora, o principal elemento fosse considerado revolucionário.

[...] estava no propósito de despojar a nação da ordem herdada, estava presente nos propósitos de preservar e fortalecer a ordem social do mundo colonial: escravidão, concentração de renda, monopólio do poder por reduzidas elites, marginalizadas de uma grande parcela da população que não conseguia enquadrar-se como sociedade civil e erosão da soberania nacional no âmbito das relações econômicas e diplomatas internacionais. (PERONI, 2003, p. 37).

Nesse momento, o interesse era na formação de um cidadão para compor a nação republicana e de um outro tipo de cidadão para atender às fábricas que iniciavam sua atuação no país e precisavam se consolidar. Assim, era preciso que soubessem participar ativamente da vida da cidade e, para isso, era necessário ter ingressado ou passado pela escolaridade. No entanto, no início da república, poucas pessoas conseguiam ter acesso à leitura e escrita básicas, pois as escolas que existiam não davam conta de atender a maioria do povo brasileiro e, sem esse pré-requisito, o homem se distanciava de ser um cidadão com direitos. Com isso, aprofundam-se as diferenças sociais, dando espaço para uma escola tecnocrata e burguesa, que formava pessoas para administrar e governar, sem considerar as necessidades da maioria da população brasileira empobrecida, fomentando uma escola para os cidadãos, para comandarem ou para serem comandados.

Para que esse cidadão se consolidasse, a educação pública não deveria ser mais religiosa e sim, laica, porém, obrigatória e sob o controle do Estado, para que os ideais liberais pudessem estar assegurados. As instituições de educação que passaram a assegurar essas propostas foram

[...] adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital. Deste modo, teve de se abandonar a extrema brutalidade e a violência legalmente impostas como instrumentos de educação – não só inquestionavelmente aceitos antes, [...] elas foram abandonadas não devido a considerações humanitárias, embora tenham sido frequentemente racionalizadas em tais termos, mas porque uma gestão dura e inflexível revelou-se um desperdício econômico, ou era no mínimo supérflua [...]. Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias às metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. (MÉSZAROS, 2008, p. 43-44).

É significativo que para essa tarefa formadora e impulsionadora do desenvolvimento ocorrer, “[...] as maiores liberalidades do erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum [...]”, isto é, “[...] os investimentos empregados na educação nacional deveriam ser realizados sem parcimônia.” (PORTO JÚNIOR, 2003, p. 28).

O professor, na primeira república, é o grande maestro da educação. É ele que vai comandar a massa da população escolarizada para os primeiros passos de modernidade. Por meio da Revista “A Escola”, esse projeto nacional é expandido, dando um direcionamento homogêneo. Essa modernidade é que fortaleceu o tripé econômico, social e político para



que as instituições pudessem se consolidar e, nesse bojo, ocorrer o fortalecimento da escola pública e estatal para todos.

A escola popularizou-se apesar de guardar dentro de si as contradições da educação jesuítica que cunhou no povo a subordinação pacífica de massa submissa. (NASCIMENTO, 2004). As relações de produção que eram implementadas avançavam em busca de uma educação popular embasada nos princípios escolanovistas¹⁴. Esses princípios, apreendidos na escola e internalizados na sociedade, nos quais a “[...] tendência educacional se equivoca ao priorizar o indivíduo, suas expectativas pessoais de aprendizagem e a importância da prática voltada para o ensino profissional.” (MANACORDA, 2007, p. 171).

Sendo assim, pela educação transmitem-se os conhecimentos e os valores necessários para a reprodução social, ou seja, é um complexo não suprimível da reprodução social, assim como a ideologia¹⁵ e o trabalho. Mais diretamente: a educação é uma categoria eterna da vida humana.

EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA E HOMOGENEIZADA, O PAPEL DOS EDITORES

Os principais articuladores que estavam frente à revista “A Escola”¹⁶ colocavam-se e enfatizavam a expectativa dos grupos econômicos dominantes em “[...] uma concepção de cidadania que se aproximava do modelo rousseauiano: a visão do povo como entidade abstrata e homogênea, falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses comuns [...]” (CARVALHO, 1987, p. 47), ou seja, por meio da educação escolarizada e homogeneizada, o povo iria se adaptar ao modo de produção anunciado na Revista “A Escola”.

Quadro 2 – Principais articuladores, considerados intelectuais, que colaboraram com a organização da revista “A Escola”

(continua)

Nome	Ano de nascimento	Naturalidade	Formação primária/secundária	Formação superior
Azevedo de Macedo	1872	Campo Largo/PR	Parthenon (PR) Gymnasio (PR) Escola Normal (PR)	Curso de Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro, em 1893.
Claudino R. dos Santos Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos	1862	Recife/ PE	Não há registros	Curso de Direito na Faculdade de Recife. Fundou o Colégio Paranaense.



Quadro 2 – Principais articuladores, considerados intelectuais, que colaboraram com a organização da revista “A Escola”

(conclusão)

CÔNEGO BRAGA Antônio Carneiro da Silva	1821	Curitiba/PR em Iguape	Colégio Curitibano	Sem registros.
DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	1842	Rio de Janeiro/DF	Liceu São Cristóvão (RJ) Parthenon (PR) Gymnasio (PR)	Não obteve diploma. Estudou no Parthenon Paranaense e no Instituto Paranaense.
Ermelino Agostinho de Leão	1870	Curitiba/PR	Colégio Curitibano, Colégio Professor Vieira da Costa	Faculdade de Direito de São Paulo (1893). Um dos fundadores e 1º diretor do Museu Paranaense.
Euzebio Mota	1842	Curitiba	Curso de Humanidades em São Paulo	Faculdade de Direito de São Paulo (1870).
Lourenço de Souza	1875	Campo Largo/PR	Escola Normal do Paraná (1886)	Superior: Faculdade de Medicina do Paraná (1920).
Sebastião Paraná Sottomaior	1864	Curitiba/ PR	Colégio Instituto Paranaense (1883)	Superior: Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, no Rio de Janeiro.
Veríssimo de Souza	S/ registros	Campo Largo/PR	Escola Normal (1886)	s/registro

Fonte: Academia Paranaense de Letras-Biografias e (MARACH, 2007).

Os articulistas que publicavam na revista “A Escola” se apresentavam como a melhor referência, deslocando para várias direções do Estado a ideia de uma educação moderna, “[...] porém sem ultrapassar a visão aparente da suposta harmonia, ou seja, sem uma análise das verdadeiras relações sociais contraditórias que permeavam a sociedade republicana e com o ocultamento de como essas relações eram produzidas.” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2013). Esse fato pode ser percebido na forma em que foram apresentadas as teses, já previamente organizadas pelo grupo frente à revista, como se fossem a preocupação de todo o grupo de professores dos Paraná. Os articuladores da “Revista Escola” defendiam a ideia de uma educação moderna para formação da cidadania com “[...] o objetivo de fortalecer as relações de produção capitalistas, ao passo que a relação prático-teórico do ensino de Marx e Engels almeja relações sociais igualitárias, o socialismo.” (MANACORDA, 2007, p. 171).

A Escola Moderna retratada pelos colaboradores da Revista “A Escola” considerava que a preocupação da sociedade não deveria ser apenas um problema pedagógico, mas também social e cívico, cabendo ao professor



[...] não somente instruir o aluno, mas educa-lo; já não somente dar lhes orientação, mas fornecer-lhes, através da escola, elementos nítidos de subsistência futura. A escola se deve constituir sede inicial de todos os ramos de trabalho honesto. Sua missão complexa, de instruir e educar, estende-se ao enrijar dos músculos e á cultura da sensibilidade, ao coração e ao espirito. Substitue o Lar; é o nítido espelho da sociedade de amanhã, sem falhas, sem jaça, sem vilanagens. (A ESCOLA, 1909, p. 86).

Essa Escola Moderna era considerada sinônimo da modernidade na medida em que se propagava entre os professores que somente por meio da escola “hodierna” era possível sair do atraso histórico – considerando as condições que tinham como quase medievais, formando, assim, apenas para a retórica metafísica alheia à prática, ao trabalho, à vida.

Certo não se trata de abdicar da supremacia mental de nossa raça, de nosso povo; antes alliar o ensino utilitario á superna Irradicação mental, equilibrando e conjugando as grandes e belas energias de nossos patrícios. É o que a Escola Moderna realiza satisfatoriamente, á mentalidade que possui, o utilitarismo dos anglo-saxonicos, não há concorrentes que o Paraná, ou o Brasil, não leve de roldo, qualquer que seja o departamento da atividade humana. (A ESCOLA, 1909, p. 7).

Para aproximar-se desse projeto, a escolaridade inicial precisava ser de responsabilidade do Estado, muito embora não considerasse a educação do povo como prioritária.

[...]mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução. Acontece, porém, que o Estado aufere certa considerável vantagem da instrução do povo. Quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. (SMITH, 1983, p. 217).

A escola deveria ser pensada, organizada e assegurada com os preceitos da educação moral, imposta aos trabalhadores, como forma de inibir a ação dos mesmos para agir em defesa dos seus interesses, de um ideal burguês que iria possibilitar, nos mesmos trabalhadores, comportamentos semelhantes aos de interesse da classe dominante, “[...] dando-lhes exemplos de polidez e de amor e dedicação á nossa querida Pátria.” (A ESCOLA, 1906, p. 43). A escola institucionalizada, no início da república, que é a esperança das massas da população brasileira, é criada “[...] não para garantir a inclusão dos cidadãos, mas, pelo contrário, desde o início fora ela criada para racionalizar sua exclusão.” (GALVÃO, 2008, p. 128).

Diante do exposto, cabe perguntar: até que ponto essa educação moderna ultrapassou ao “aparente”? Será que essa educação moderna se manteve, na verdade, como um produto do pensamento, fechado e concentrado em si mesmo com intencionalidades não aparentes ao povo? A educação anunciada garantiria à disposição “[...] uma reserva de cidadãos habilitados, que contribuirão ao lado dos advogados, médicos, engenheiros e demais cooperadores do bem da pátria, para garantir a sua paz e prosperidade no interior e a elevar o seu nome no exterior.” (A ESCOLA, 1906, p. 43).



Como toda imprensa não é neutra e, neste caso particular, é uma imprensa educacional, ela tem uma intencionalidade que é consciente. A ação intelectual desses articuladores da Revista “A Escola” se reproduz corretamente como “[...] consciência, cuja acepção, aqui, é o que possibilita ao sujeito a apreensão das coisas tais como elas são. Podem-se distinguir dois tipos de consciência — a irrefletida ou espontânea e a refletida ou tematizada. (SAVIANI, 2008, p. 59).

Pode-se perguntar, assim como Saviani¹⁷, “[...] o que tem a ver a educação com a questão da cidadania? Por que os teóricos do liberalismo justificavam, no século XIX, a criação dos sistemas nacionais de ensino como grande instrumento para converter os súditos em cidadãos?” (SAVIANI, 2001, p. 7)

A resposta a esse questionamento está no fato de ser incorporada na sociedade paranaense o valor da moral na cidade. Nessa perspectiva de moral, valoriza-se a

[...] expressão escrita, de tal modo que não se pode participar plenamente dela sem o domínio dessa forma de linguagem. Daí que, para ser cidadão, para participar ativamente da vida da cidade, é necessário o ingresso na cultura letrada, sem o que não se chega a ser sujeito de direitos e deveres. No referido contexto a educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania. Ela, entretanto, não constitui a cidadania, mas sim uma condição indispensável para que a cidadania se constitua. O exercício da cidadania nos mais diferentes organismos (sindicatos, partidos, etc.) não se dá de modo cabal sem o preenchimento do requisito de acesso à cultura letrada e domínio do saber sistematizado que constituem a razão de ser da escola. (SAVIANI, 2001, p. 7-8).

O desenvolvimento da cidadania não estava voltado para atender as necessidades da classe trabalhadora, mas para satisfazer o lucro de uma classe burguesa. Tudo isso tinha como o seu principal maestro, para manter as diferenças na sociedade, a escola pública e estatal. Os professores, de forma inconsciente, tinham essa missão de conformação como instrumento necessário para atuarem na sociedade de massa, para garantirem que não se destituía os privilégios que são antagônicos de uma classe para outra, pois a escola estatal tem a seguridade da força do Estado Liberal para que não sucumba. Para isso, a grande marca é cunhada onde diz: cada cidadão é igual ao outro, porém as condições materiais não são as mesmas.

Ao mesmo tempo em que a Revista “A Escola” apresenta o ideal de formação para os professores para compor um tipo de homem na sociedade do Paraná, o periódico também perpassa e se formava pelo interesse dessa mesma sociedade: ao mesmo tempo em que a sociedade produz o homem, ela também é produzida por ele na imagem da revista “A Escola”.

Os textos publicados na Revista “A Escola” são fruto de uma época que traz as representações e a consciência que

[...] está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal



como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Essa consciência passa a fazer parte de uma mesma moeda, ou seja, entre a formação recebida na escola, enquanto compreensão dos direitos, e a prática da cidadania por parte dos indivíduos.

Voltando à questão levantada no início do artigo, na sociedade da época pesquisada, a maioria da população não sabia ler e nem escrever, os professores que liam o material da Revista “A Escola”, o faziam nos seus lugares de atuação, na escola. Pensando no que Locke, sempre propôs, os homens são naturalmente iguais com direitos comuns, porém “[...] permite-se que pertençam os bens àqueles que lhes dedicou o próprio trabalho.” (LOCKE, 1973, p. 51-52).

Portanto o professor, diante de uma realidade diferenciada da proposta, tinha direitos. Mas cabem as perguntas: que direitos? A escola poderia oferecer esses direitos? Será que aquelas crianças não mereciam ter direitos ou seus pais não se esforçaram ou não fizeram a escolha certa?

É nesse momento que o papel dos redatores chefes da “Revista A Escola” vai assegurar os interesses do Estado, assegurando nos textos que a função educativa da escola garanta que a implantação e consolidação da ideologia liberal não seja abalada, dando uma aparente harmonia entre a classe que organiza a revista para o professor que atua lá nas bases, por isso a pretensa homogeneidade no capitalismo, “[...] tornar coesa toda a sociedade, ocultando as diferenças sociais pela proclamação do discurso igualitário. Contudo, tal adesão não se faz por adição e sim por contradição.” (CURY, 1989, p. 48).

A compreensão da atuação da Revista “A Escola” e seus editores “[...] implica no desvendamento das funções específicas que a escola brasileira foi chamada a assumir [...]” (XAVIER, 1990, p. 18), não esquecendo que estamos diante de sociedade que foi silenciada por não ter o direito de conhecer a sociedade pela leitura, portanto a relação entre pessoas livres fica comprometida “[...] em graus diferentes de maturação humana é promoção do homem, de parte a parte – isto é, tanto do educando como de o educador.” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 423).

Os principais articuladores da Revista “A Escola”, como Dario Vellozo, defendiam a educação integral nos textos publicados com a sua editoração, como condição para formar o cidadão inserido na sociedade. Para isso, trazia cinco pilares importantes para esse cidadão: educação física, intelectual, moral, estética e cívica, que estariam entrelaçadas com todas as outras formas de educação e teriam como objetivo ensinar os direitos e deveres do cidadão. Para isso a educação estava atrelada a um “[...] conjunto de ponderados esforços no sentido de



desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais do indivíduo, facultando-lhe meios de aperfeiçoamento, para felicidade própria e alheia.” (VELLOZO, 1975, p. 397).

O editor chefe Sebastião Paraná¹⁸, um dos principais articuladores da revista “A Escola”, em seus textos, fala para os professores do Paraná que o projeto da escola primária é muito bom e se não der certo, a responsabilidade passa para o campo das individualidades. Exacerbado para atender os princípios do sistema capitalista na educação, na medida em que o melhor, o mais apto, o mais vocacionado obterão êxito numa espécie de “darwinismo social”. A escola primária é o espaço para que seja

[...] realizado o seu objetivo, está destinado o cumprimento de uma elevada missão – a desencolção e multiple aperfeiçoamento dos espíritos infantis; e cabe-lhe também concretizar um altíssimo ideal – a norteação feliz do character pelo rumo seguro da moral, a sciencia da conducta humana. Mas para que essa preexcelsa instituição produza esses magnificentíssimos resultados de aperfeiçoamento e regeneração das colletividades sociaes, é forçoso que ella se não desvie jamais da estrada e luminosa que deve conduzir triumphantemente ao termo da sua superrima e civilizadora missão. É forçoso que o mestre, o educador da infância não descumpra os seus deveres, mas os exercite sem vacillações nem esmorecimentos, e dynamitizado por energias másculas, afervorado do mais intenso desejo de bem-fazer, propellido pelos dictames de uma consciência perseverantemente ajustada á rectilinea do bem. (A ESCOLA, 1906, p. 3).

A boa escola compõe essencialmente três atrativas imprescindíveis para o professor que tinha essencialmente de ensinar o máximo de conteúdo possível, preparar melhor seus alunos, no menor tempo possível, com a responsabilidade de dar conta ao “*Credor e também á sociedade do como conciliou ou deixou de conciliar os três elementos de cada um dos indivíduos que se lhe configuram: o entendimento, o coração, o corpo. Dar palavras por ideias é pagar com moedas de chumbo o que se deve em ouro.*” (A ESCOLA, 1906, p. 3).

Os professores deveriam passar despercebidos, a eles era dada a devida invisibilidade no cenário desse novo ideário republicano. Ignorados, modestos e despreziosos, “[...] *vae o professor primário cumprindo, sem arruídos nem apparato, o seu alto ministério de instrucção, de civismo e de amor, contribuindo assim eficazmente para a concretização do ideal formoso da grandeza e felicidade da pátria.*” (SOUZA, 1906, p. 4).

O papel do editor chefe da Revista do Grêmio de Professores do Paraná tinha uma representação importante nos meios políticos e quase todos com um papel de membro do Estado com função e cargos nos órgãos públicos da educação estatal. O redator, principal articulista da revista, era geralmente “[...] *culto, [...] com um acervo notável de serviços [...] em pró da nobre e esforçada classe dos educadores da puerícia paranaense.*” (A ESCOLA, 1909, p. 12-13).

Cada redação apresentava os colaboradores sempre como representantes da educação do estado. Eram pessoas selecionadas para difundir a educação pensada para o Paraná e que assinavam como redator os artigos da revista, tais como:



Dario Vellozo, Ermiliano Penetta, Azevedo Macedo, Euclides Bandeira, Nestor de Castro, Leoncio Correia, Rocha Pombo, Nestor Victor, Antonio Braga, Generoso Borges, Domingo Nascimento, Conego Braga, Serafim França, Ricardo de Lemos, Ermelino de Leao, Alluizio França, Julio Pernet, Romario Martins, Lucio Pereira e outros igualmente aparelhados para os prêmios gloriosos da inteligência. (A ESCOLA, 1909, p. 17).

No início do século XX, existia uma significativa falta de professores para atender a demanda do estado que era a de educação para todos, e a Revista “A Escola” tornou-se um importante meio de comunicação com o estado e com os ideais cunhados pela sociedade capitalista. Ao igualar o trabalho do professor e, com ele, homogeneizar a expressão, as falas expressadas nas práticas pedagógicas teriam um mágico poder

[...] de, no âmbito intelectual e [...] moral da escola, formar o homem para a família, o indivíduo para sociedade e o cidadão para a pátria. Só ele, esse poderosíssimo fator da felicidade e grandeza dos povos, tem em suas mãos os destinos da humanidade. Está grande verdade, diariamente repetida, tem sido também inúmera vezes proclamada por notáveis pensadores e emérito educacionistas. (A ESCOLA, 1909, p. 18).

Os articulistas 19 e professores que organizavam e publicavam na revista “A Escola”, alimentavam o pensamento educacional “[...] em prol das ideias liberais [...]” (ESCOLA, 1906, p. 135), apoiado na classe dominante que nada mais é do que a classe dominante de cada época, a classe que detêm as condições materiais

[...] da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

As ideias dos articuladores que alimentavam a revista “A Escola” tinham a função e o compromisso pedagógico com as ideias da classe dominante, contribuindo para uma formação de alienação social e a consequente submissão às ideias da classe dominante. Em uma sociedade dividida nos seus direitos e na classe

[...] na qual velho e novo, tradição e revolução convivem tão íntima e dramaticamente, um papel essencial é reconhecido [...] ao compromisso educativo: para as burguesias, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo; para o povo, de operar uma emancipação das classes inferiores mediante a difusão da educação, isto é, mediante a libertação da mente e da consciência para chegar à libertação política. [...] Assim, também no terreno das pedagogias populares vai-se desde as reformistas até as revolucionárias [...], desde as que visam a uma emancipação como integração (na sociedade burguesa) das classes



populares [...] até as que reclamam, pelo contrário, uma revolução da ordem burguesa, uma tomada do poder por parte dos proletários. (CAMBI, 1999, p. 408-409).

Para que esse projeto de formação de professores não fosse abalado, esses profissionais apenas reproduziam os conteúdos sem questionar. O interesse alienante desses profissionais tinha como consequência à subsunção da classe dominada, contribuindo para que esses professores se adequassem sem questionar. Para isso, a educação serve como “[...] o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência.” (PONCE, 2001, p. 169).

Esta premissa liberal de que todos os homens nascem iguais²⁰ e “[...] todos os homens possuem fundamentalmente a mesma potência física e intelectual e que as diferenças são insignificantes [...]” (BOBBIO, 1998, p. 598) sustenta a ideia de justiça e de igualdade, passando para o indivíduo a responsabilidade de alcançar esses objetivos que se apresentam de uma forma naturalizada. Dessa forma, camufla-se a responsabilidade das “[...] desigualdades sociais, econômicas, educacionais, enfim, de toda ordem, pois elas resultam da forma como cada homem utiliza sua força de trabalho, gerando assim o seu respectivo merecimento. (LEAL, 2020, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo busca contribuir com o avanço nos debates no interior das pesquisas com periódicos educacionais utilizados como fonte de investigação. Neste artigo, direcionou-se para análise, mais uma vez, os dois arranjos de organização da análise que são ideológicos, “a educação e a imprensa”, e como se processam na formação dos professores do Paraná por meio da revista “A Escola” (1906-1910). O referido periódico, utilizado como fonte primária, foi criado pelo “Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná”. (MARACH, 2007). Os articulistas, que são intelectuais, editores-chefes, colocavam-se como referenciais no Estado, “[...] promulgando a ideia de uma educação moderna, porém sem ultrapassar a visão aparente da suposta harmonia, [...]”. (ZANLORENZI, 2014, p. 8). A ideologia presente na imprensa educacional, por intermédio dos articulistas, revela a ação desses, não apenas “[...] porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado [...], mas ela é hegemônica, sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados.” (CHAUÍ, 2006, p. 98-99). Esse sistema invisível e sutil de dominação ideológica via imprensa educacional, amplia até chegar à construção da cidadania que perpassa por todos os lados, integra-o

[...] desde a infância no universo escolar e, mais tarde, no da igreja, do exército, da justiça, da cultura, das diversões, e inclusive do sindicato, e assim até a morte, sem a menor trégua; essa prisão de mil janelas simboliza o reino de uma hegemonia, cuja força reside menos na coerção que no fato de que suas grades são tanto mais eficazes, quando menos visíveis de tornam. (MACCIOCHI, 1976 *apud* SILVA, 2010, p. 37-38).



Nesse viés, pode-se ponderar que a classe dominante camufla a realidade social de cada época, travestido de

[...] manto da caridade, enfeitando-o ou simplesmente negando-o. Em uma palavra: elabora-se uma hipocrisia convencional [...] que culmina com a declaração de que a classe opressora explora a classe oprimida unicamente para o benefício desta. E, se a classe oprimida não o reconhece, e até se rebela, isso, além do mais, revela sua mais negra ingratidão para com seus benfeitores, os exploradores. (ENGELS, 2002, p. 171).

Aqui, entram as instituições²¹ e a imprensa educacional que vão imprimir em uma mesma impressora uma formação para os seus professores, de acordo com os interesses dominantes, determinando as preferências de cada grupo social, por meio de práticas educacionais (discursos, leis, organização de escolas, postura dos profissionais da educação, etc.), de acordo com a classe dominante de cada época, mantendo o controle e a hegemonia no Estado. Nesse sentido, toda imprensa traz a ideologia e assim torna-se aceita. Por isso as imprensas, via aparatos legais, são rigorosamente vigiadas para que sejam seguidas, nesse sentido, a ideologia pois imprensa é um veículo de comunicação que educa e forma a cidadania, no contexto do Paraná. Como já foi afirmado anteriormente, tudo ocorria por meio dos articuladores da revista educacional que publicavam e organizavam o impresso.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA: revista do grêmio dos professores públicos do estado. 1906. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.

A ESCOLA: revista do grêmio dos professores públicos do estado. 1909. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.

A ESCOLA: revista do grêmio dos professores públicos do estado. 1910. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.

BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a revista do ensino do Rio Grande do Sul 1951-1952. In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Educação em revista A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

BOMENY, H. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Estatística da instrução – estatística escolar**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.



CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S.; NETO, W. G. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 66-89.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Educação em Revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras: 2002.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez.1996.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ENGELS, F. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

GALVÃO, R. C. S. A Crise da Sociedade e a Função da escola pública no século XIX. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 2, v. 3, maio, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17057>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. A educação pelo livro: uma análise do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo (1907). **Revista Outros Tempos**, v. 7, n. 10, dez. 2010. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/105. Acesso em: 12 mar. 2020.

LEAL, S. R. F. **Projeto liberal paranaense de civilização nas páginas da revista Clube Curitibano 1890-1898**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.

LEHER, E.M.T. **A Revista Brasileira (1879-1881) e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEONEL, Z. **Contribuição à história da escola pública: elementos para a crítica de teoria liberal da educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LOCKE, J. **Alguns pensamentos a respeito de leitura e estudo para um cavalheiro**. Ensaios políticos. Organizado por Mark Goldie. Tradução Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



- LOCKE, J. **Pensamientos sobre la educación**. Traducción: La lectura y Rafael Lasaleta. Madrid: Akal, 1986.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**: ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.
- MARACH, C. B. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico “A Escola” (1906-1910). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos campos gerais – PR. 2004**. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- OVERNÉ, C. A. O uso do periódico como impresso pedagógico: uma análise da revista nacional (1921-1923). **Escritas**, v. 7, n. 1, p. 65-85, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/download/1633/8318/>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- PERIOTTO, M. R. A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, MS, n. 36, p. 237-252, jul./dez. 2013. Disponível em: www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/download/709/589. Acesso em: 4 jan. 2019.
- PERONI, V. **Política educacional e papel do estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira, 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PORTO JÚNIOR, F. G. R. Educação na Primeira República (1889-1930). **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 1, 2003. p. 23-32. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3033>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- ROUSSEAU, J. **Do contrato social e ensaio sobre a origem das línguas**. V. I. Tradução de Lourdes Santos Machado, Introduções e notas e Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado, São Paulo: Nova Cultural, 1999.



SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Ética, educação e cidadania. **PhiloS - Revista Brasileira de Filosofia de 1o. Grau**, Florianópolis, SC, ano 8, n. 15, p. 19-37, 2001.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 422-433, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02>. Acesso em: 25 fev. 2020

SILVA, A. L. da. M.; BRITO, S. H. A. de. Do ideal norte-americano de democratização da escola até a “escola para todos” de Anísio Teixeira. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 8, Campinas, 2009. **Anais [...]**. Campinas: HISTEDBR/FE UNICAMP, 2009. p. 1- 23. CD-ROM.

SILVA, D. R. **Intelectuais, cultura e escola única no pensamento político-pedagógico de Antonio Gramsci**. Dissertação. (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 100-150. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e sua causa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, L. Relatório. **A ESCOLA**, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 4, p. 82, 1906.

VELLOZO, D. Compendio de Pedagogia. *In*: VELLOZO, D. **OBRAS IV**. Curitiba: Instituto Neo Pitagórico, 1975.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In*: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. São Paulo: Autentica, 2007.

XAVIER, E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

ZANLORENZI, C. M. P.. **A expressão do liberalismo na revista a escola (1906-1910) no Paraná**. Tese (Doutorado em Educação - História e Política Educacional) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ZANLORENZI, C. M. P.. **A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento**. Revista HISTEDBR On-line, v. 18, p. 385-400, 2018



ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M. Revista “A Escola”: a expressão do liberalismo. *In: JORNADA DO HISTEDBR*, 21., 2013, Cascavel, PR. *Anais [...]*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2013.

Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: misabel@uepg.br

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Contato: aecmari@gmail.com

³ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: sandra_rfl@yahoo.com.br

⁴ Concepção de cidadania na matriz liberal burguesa à luz das formulações de John Locke (1986).

⁵ Nesta exposição da pesquisa, recorreremos aos seguintes recursos gráficos para a identificação do tipo de fonte (primária ou secundária) que está sendo utilizada: “*itálico*” para as fontes primárias (que mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica); “sem *itálico*” para as fontes secundárias. (NASCIMENTO, 2004, p. 10).

⁶ Articuladores, neste artigo, são todos os intelectuais, principais articuladores das políticas de cultura no Paraná e de conformação das decisões do país na época. No decorrer do artigo, o termo será melhor esclarecido.

⁷ Esta revista foi impressa na Typographia e Lithographia a Vapor, Impressora Paranaense. “[...] junção da Tipografia Fundada por Candido Lopes e a Litografia do Comércio, de Narciso Filgueira, em 1888.” (MARACH, 2007, p. 23). Sobre os aspectos formais, eram feitas em papel jornal, com números contínuos durante o ano inteiro, num total de vinte páginas cada edição, no formato tabloide, não traziam ilustrações e nem propagandas. Os exemplares encontram-se, atualmente, na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Estadual) e na Hemeroteca Digital do Rio de Janeiro. A fonte primária é a “Revista A Escola”. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁸ Concepção de cidadania na matriz liberal burguesa à luz das formulações de John Locke (1996).

⁹ No contexto das produções brasileiras que versam sobre impressos educacionais, cabe destacar os textos de Carvalho, Araújo e Neto (2002); Periotto (2013); Vieira (2007); Catani (1996); Bastos, (2002); Vidal e Faria Filho (2003), Overné (2015) e Zanlorenzi (2014).

¹⁰ Este artigo é fruto da pesquisa de Produtividade do CNPq e também da tese de doutorado intitulada “A expressão do liberalismo na revista a escola (1906-1910) no Paraná”.

¹¹ Inicialmente foi realizado o estado de conhecimento publicado na Revista HISTEDBR On-line (ZANLORENZI, 2018). Na sequência, levantamento e catalogação da “Revista A Escola” realizados junto ao Arquivo Público do Paraná, localizado em Curitiba. Os artigos levantados da revista foram copiados na íntegra das reportagens, digitalizados e organizados em um banco de dados específico para a pesquisa e logo disponibilizado no grupo de pesquisa <https://histedbrcamposgera.wixsite.com/histedbrcg/home>.

¹² Segundo Leonel (1994), uma educação para todos não era apenas do movimento operário. Tomando o período da Revolução Francesa, representantes burgueses como Condorcet (1743-1794) e Lepelletier (1760-1793) apontavam os benefícios que uma escola para todos traria à nova república.

¹³ Dados extraído de BRASIL (1916). O quadro está incluído no texto “Introdução”, assinado por Oziel Bordeaux Rego, da quarta seção da Diretoria Geral de Estatística, p. CCXI.

¹⁴ Princípio que tem seu principal pensador John Dewey que se consolidou no Brasil como grande expressão do modelo de educação do trabalho ou escola ativa, conhecida também como “escola progressiva”. Modelo este que se aglutinou nos anos de 1890 a 1920 em um momento de reestruturação socioeconômica nos Estados Unidos. (SILVA; BRITO, 2009).

¹⁵ Marx, Lukács, Althusser e outros teóricos marxistas contemporâneos que passaram a definir que o processo ideológico é uma imagem retorcida da realidade, que se constitui a partir de uma falsa consciência da construção histórica da sociedade e da relação entre burguesia e proletariado.

¹⁶ Não tivemos a pretensão de fazer a análise da revista na perspectiva de “ciclo de vida”, como propõe Catani e Bastos (2002) e Leher (2002). Para saber mais sobre esse periódico, ver Marach (2007).

¹⁷ No texto: “Ética, educação e cidadania”. (SAVIANI, 2001)



¹⁸ Sebastião Paraná, professor, editor da revista A Escola do Grêmio de Professores do Paraná, representava a instrução pública do Estado do Paraná, Fundador do jornal A Tribuna, sócio fundador da Sociedade Espírita do Paraná.

¹⁹ Os profissionais dessa revista tinham uma formação eclética: médicos, geógrafos, historiadores, professores, advogados, que fundaram diversas revistas no Estado do Paraná, como Dario Vellozo, Ermelino de Leão, Emiliano Pernetta, Júlio Pernetta, Silveira Neto, Romário Martins, entre outros que fundaram várias revistas, como: O mosqueteiro (1886/87), A ideia (1889), Revista Azul (1893, voltada ao público feminino), Club Coritibano (1891/94), Cenáculo (1895/97), Jerusalém (1898/1902), A Esphyngue (1899/1906), A Escola (1906/1910), Ramo de Acácia (1909/1912), Myrto e Acácia (1916/1920), Phythagoras (1920) e Luz de Krotona (1921). (GONÇALVES JUNIOR, 2010, p. 184).

²⁰ Justiça, liberdade e igualdade são premissas do pensamento político moderno, tendo como principais pensadores: Hobbes, Locke e Rousseau, ver no livro I capítulo I de sua obra Do Contrato Social, publicada em 1999.

²¹ Estamos falando da família, Igreja, a imprensa em geral, a escola e outras instituições burocráticas.